



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUÁRIA, CONTABILIDADE
E SECRETARIADO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA – CAEN
MESTRADO EM ECONOMIA

NATANAEL SOARES LEITE

COMPORTAMENTO DO ELEITORADO FRENTE AO OPORTUNISMO DOS
GOVERNANTES EM ANOS ELEITORAIS: UMA ANÁLISE PARA OS ESTADOS
DO BRASIL

FORTALEZA

2017

NATANAEL SOARES LEITE

COMPORTAMENTO DO ELEITORADO FRENTE AO OPORTUNISMO DOS
GOVERNANTES EM ANOS ELEITORAIS: UMA ANÁLISE PARA OS ESTADOS DO
BRASIL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Economia da Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do Título de Mestre em Economia.

Orientador: Prof. Dr. Fabrício Carneiro
Linhares

FORTALEZA

2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

L554c Leite, Natanel Soares.
COMPORTAMENTO DO ELEITORADO FRENTE AO OPORTUNISMO DOS GOVERNANTES
EM ANOS ELEITORAIS : UMA ANÁLISE PARA OS ESTADOS DO BRASIL / Natanel Soares Leite. –
2017.
30 f. : il. color.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Economia, Administração,
Atuária e Contabilidade, Programa de Pós-Graduação em Economia, Fortaleza, 2017.
Orientação: Prof. Dr. Fabrício Carneiro Linhares.

1. Ciclos eleitorais. 2. Oportunismo. 3. Determinantes do voto. 4. System-GMM. I. Título.

CDD 330

NATANAEL SOARES LEITE

COMPORTAMENTO DO ELEITORADO FRENTE AO OPORTUNISMO DOS
GOVERNANTES EM ANOS ELEITORAIS: UMA ANÁLISE PARA OS ESTADOS DO
BRASIL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Economia da Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do Título de Mestre em Economia.

Aprovada em: ___ / ___ / ____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Fabrício Carneiro Linhares (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Christiano Modesto Penna
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Glauber Marques Nojosa
Universidade Federal do Ceará (UFC)

FORTALEZA

2017

A Deus.

Aos meus pais, Erivando e Elenyra.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a meus pais, Erivando e Elenyra que sempre me apoiaram nas decisões que tomei em minha vida, e que sempre me deram apoio material e imaterial para que a minha escolha pudesse ser levada adiante, não me deixando abater nas horas de angustia, sempre com palavras repletas de amor e sabedoria. Não posso esquecer-me do meu irmão Paulo Natã o qual sempre se demonstrou companheiro.

Ao lado da minha família, quero também agradecer a minha namorada Mikaelly que esteve sempre próxima para que tudo se tornasse mais suave, multiplicando alegrias e atenuando problemas, mostrando-se sempre companheira e pronta a ajudar.

A minha tia Elizabeth, por ter aberto as portas de sua casa para que eu pudesse morar durante esses anos e ter se mostrado sempre companheira e prestativa.

Tive a sorte de encontrar pessoas maravilhosas na minha turma, as quais tive o prazer de conviver durante esses anos, Germano, Francisco (Chico), Priscila, Eduardo, Hellano e Marcos, quero citar em especial os três “guerreiros”, Daniel, Márcio e Adreciana, que me acompanham nesta jornada desde a graduação, jornada esta que foi cheia de intempéries, mas foi repleta de alegria e companheirismo.

Aos demais colegas do CAEN, em especial ao Wellington, Felipe Bastos, Jorge (Pará) e Cristiano (Gaúcho).

Quero agradecer, ao meu orientador Prof. Dr. Fabrício Linhares que, com paciência e atenção, dedicou do seu tempo para me orientar neste trabalho.

Agradeço também aos Professores Christiano Modesto Penna e Glauber Marques Nojosa por terem aceito o convite de participar da banca desta dissertação e pelas contribuições apresentadas.

Não poderia esquecer dos professores que contribuíram para minha formação nestes dois últimos anos de mestrado no CAEN: Benegas, Emerson, Sebastião, Frederico, Márcio veras, Paulo Neto, Leandro e José Raimundo.

À CAPES pelo apoio financeiro, via concessão de bolsa de estudos, durante o mestrado.

Obrigado a todos que, mesmo não estando citados aqui, tanto contribuíram para que este trabalho fosse possível.

“Nada é tão admirável em política quanto uma memória curta.” (John Galbraith)

RESUMO

A manipulação das variáveis econômicas pelos agentes políticos com a finalidade de elevarem suas chances de permanência no poder tem chamado a atenção de pesquisadores há algum tempo, assim como o comportamento do eleitorado frente a tais manipulações. No entanto, são raros no Brasil estudos empíricos que abordam como o eleitorado se comporta frente ao oportunismo e/ou competência dos governantes. Assim, o presente estudo tem como objetivo investigar o comportamento do eleitorado, analisando sua capacidade de observação e julgamento por meio da sinalização do voto, ou seja, identificar se o eleitor consegue observar o sinal de competência emitida pelo governante, assim como, visa investigar o efeito do oportunismo sobre o comportamento de voto do eleitorado e por fim analisar se os eleitores apresentam comportamento racional. Para tanto, utilizou-se como observação os estados brasileiros de 1993 a 2010, empregou-se procedimento metodológico para decompor os ciclos políticos e procurou-se identificar as parcelas devidas ao oportunismo e competência. Os resultados indicam que o cenário econômico é crucial no comportamento de voto do eleitor, o qual não leva em consideração o oportunismo, nem a sinalização de competência do governante. Além disso, os resultados demonstram um efeito negativo associado ao fato do governante pertencer ao mesmo partido do presidente, prejudicando seu desempenho nas eleições. Tais resultados reforçam a necessidade de outros estudos que analisem de formas alternativas o comportamento do eleitorado frente ao cenário político-econômico brasileiro, afim de que possam ser criadas políticas públicas levando-se em conta as peculiaridades do cenário político nacional.

Palavras-chave: Ciclos eleitorais; Oportunismo; Determinantes do voto; System-GMM.

ABSTRACT

The manipulation of economic variables by political agents in order to increase their chances of remaining in power has attracted the attention of researchers for some time, as well as the behavior of the electorate in the face of such manipulations. However, empirical studies on how the electorate behaves in the face of the opportunism and / or competence of rulers are rare in Brazil. Thus, the present study aims to investigate the behavior of the electorate, analyzing its capacity for observation and judgment through the signaling of the vote, that is, to identify if the voter can observe the signal of competence issued by the ruler, as well as, aims to investigate The effect of opportunism on the voting behavior of the electorate and, finally, to analyze if the voters present rational behavior. For that, the Brazilian states were used as observation from 1993 to 2010, using a methodological procedure to decompose the political cycles, trying to identify the parcels due to opportunism and competence. The results indicate that the economic senator is crucial in the voting behavior of the voter, who does not take into account the opportunism, nor the signaling of the ruler's competence. In addition, the results demonstrate a negative effect associated to the fact that the ruler belongs to the same party as the president, damaging his performance in the elections. These results reinforce the need for other studies that analyze in an alternative way the behavior of the electorate against the Brazilian political-economic scenario, so that public policies can be created taking into account the peculiarities of the national political scenario.

Keywords: Election Cycles; Opportunism; Determinants of the vote; System-GMM.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	9
2	Referencial Teórico	11
2.1	Teoria dos Ciclos Político-econômicos.....	11
2.1.1	<i>Modelos Clássicos</i>	11
2.1.2	<i>Modelos Racionais</i>	13
2.2	Estudos Empíricos	14
3	METODOLOGIA.....	17
3.1	Caracterização do Cenário Político	17
3.2	Verificação dos Ciclos Políticos-Eleitorais.....	19
3.3	Conduta do Eleitorado	20
3.4	Determinantes do Comportamento fiscal dos Estados	21
4	RESULTADOS	23
4.1	Resultados para os Ciclos Político-Eleitorais	23
4.2	Resultados para a Conduta do Eleitorado	25
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	27
	REFERÊNCIAS	28

1 INTRODUÇÃO

Os trabalhos de Kalecki (1943), Akerman (1947) e Downs (1957) são considerados pioneiros na formulação de modelos teóricos que buscavam explicar o impacto dos fatores políticos na economia. Uma das principais implicações desses estudos é a existência de ciclos político-econômicos nos instrumentos de política fiscal, resultado denominado de ciclos político-orçamentários.

O modelo de ciclos orçamentários eleitorais caracteriza a influência dos períodos eleitorais sobre as variáveis fiscais por ações dos governantes como tentativa de sinalizar competência administrativa. Por outro lado, nos modelos de controle eleitoral, essas ações são tratadas apenas como tentativas de manipular a escolha dos eleitores.

De qualquer forma, independente do motivo, esses modelos sustentam à hipótese de que os agentes políticos promovem modificações na política econômica em anos eleitorais visando elevar suas chances de permanência no poder, ao invés de uma visão benevolente que busca a maximização do bem-estar social, refletindo em um desvio de certas variáveis de política do seu valor socialmente ótimo.

Com base nessa teoria diversos estudos subsequentes procuraram entender a relação entre o uso de diferentes instrumentos de política e a reação dos indivíduos à ocorrência de ciclos político-econômicos de maneira sistêmica. Nordhaus (1975), MacRae (1997), Hibbs (1977), Frey (1978), Alesina (1988) e Rogoff (1990) tiveram como objetivo justamente entender como os eleitores reagem as manipulações econômicas antes das eleições. Vale ressaltar que os referidos trabalhos apresentam visões distintas sobre a formação das expectativas dos eleitores, adaptativas ou racionais, e sobre os motivos que levam o governante a adotar certas políticas públicas.

No Brasil, são raros estudos empíricos que avaliam como o eleitorado se comporta frente aos ciclos orçamentários eleitorais. Os poucos trabalhos que se preocupam com tal reação utilizam modelos probabilísticos para estudar a relação entre elevação das despesas no ano eleitoral com a probabilidade de reeleição, por exemplo, Sakurai (2005) mostra que prefeitos que conseguem se reeleger despendem mais dinheiro em anos eleitorais e Shikida *et al.* (2010) que o impulso nos gastos em anos eleitorais não seria suficiente para garantir a vitória nas urnas.

Uma explicação para a existência de poucos estudos relacionados ao modo como o eleitorado reage aos ciclos orçamentários eleitorais decorre do fato de que muitos trabalhos consideram haver uma relação de causalidade positiva entre ciclos e reeleição, o que *a priori*,

não haveria razão para existir, uma vez que não há motivos para esperar que os eleitores devessem recompensar manipulações oportunistas nas políticas públicas.

Assim, devido a existência de poucos estudos relacionados ao comportamento do eleitorado frente aos ciclos orçamentários eleitorais, os seguintes questionamentos são levantados: Como o eleitor reage à sinalização de competência emitida pelo governante? Qual o impacto do oportunismo na decisão de voto dos eleitores? Os eleitores apresentam comportamento racional¹?

Dentro destas perspectivas, o presente trabalho tem como objetivo investigar a reação do eleitor ao observar sinais de competência e oportunismo do governante. A análise será realizada em dois estágios metodológicos, primeiramente, por meio dos resultados obtidos na estimação do modelo System-GMM, faz-se uma decomposição² da evolução das despesas governamentais em relação aos ciclos político-econômicos, conforme metodologia proposta no trabalho de Nakaguma e Bender (2010). Assim, com base nos componentes gerados a partir dos resultados do System-GMM busca-se identificar a reação dos eleitores com respeito as atividades caracterizadas como oportunismo e competência dos governantes por meio da estimação em painel de tais componentes.

Os dados empregados cobrem informações fiscais e eleitorais para os estados brasileiros e as eleições para governador no período de 1993 – 2010. O âmbito estadual torna-se especialmente relevante para o Brasil dada a descentralização dos serviços públicos, ocasionada pelas alterações realizadas na constituição de 1988, que elevaram a importância que estas instâncias do poder político desempenham no bem-estar dos indivíduos.

Além desta introdução, o estudo divide-se em mais quatro seções, a seguinte traz uma revisão de literatura. A seção três aborda o procedimento metodológico e os dados utilizados no trabalho, a seção quatro expõe os resultados, e por fim, as considerações finais encontram-se na seção cinco.

¹ Os eleitores apresentam comportamento racional uma vez que, variações fiscais resultantes de fatores que não dependem do desempenho dos governantes não afetem suas chances de permanência no poder, assim como, os eleitores devem punir políticos que desviem da política fiscal ótima indicando um comportamento oportunista.

² Previsto, oportunismo e competência serão os componentes gerados, no qual o procedimento utilizado encontrasse na página 19.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Esta seção aborda a discussão teórica e resultados empíricos sobre a motivação das manipulações econômicas em período eleitoral e o tipo de expectativa apresentada pelo eleitor. A primeira subseção centra-se nas características dos enfoques teóricos e a subseção seguinte nas evidências empíricas.

2.1 Teoria dos Ciclos Político-econômicos

O surgimento da teoria dos Ciclos Político-econômicos preencheu uma lacuna na teoria econômica, apresentando uma modelagem formal para a relação entre economia e política. De acordo com tal teoria os condutores das políticas econômicas tomam suas decisões motivados por seus interesses políticos, ao invés de buscarem a maximização do bem-estar social.

Para tal, os desenvolvedores da Teoria dos Ciclos Político-econômicos se basearam nos estudos realizados por Downs (1957) para criar um arcabouço formal sobre a conduta dos eleitores e fatores políticos que induzem o governante a escolher certas políticas públicas. O referido autor levantou dois problemas sobre a hipótese de que o governante busca a maximização do bem-estar da sociedade. O primeiro diz respeito a falta de definição clara do que se entende por “bem-estar social” e da impossibilidade de consenso sobre a forma de maximizá-lo. Segundo, não há razão para acreditar que os governantes buscarão a maximização do bem-estar social, por mais que o devam fazer não significa que o farão³.

Diante desses questionamentos, a teoria sobre os ciclos político-econômicos apresenta opiniões distintas quanto à motivação de certas políticas econômicas e quanto à formação das expectativas dos agentes. Desta forma, visando facilitar a compreensão e a estrutura do texto os modelos serão apresentados de acordo com as expectativas dos eleitores, adaptativas e racionais, nas subseções 2.1.1 e 2.1.2 respectivamente.

2.1.1 Modelos Clássicos

O primeiro modelo, proposto por Nordhaus (1975), parte da hipótese que os políticos são oportunistas e que visam apenas permanecer no poder, ou seja, buscam apenas

³ Os agentes buscam maximizar seu próprio “bem-estar”, muitas vezes desviando do socialmente ótimo.

maximizar o número de votos obtidos nas eleições. Desta forma, manipulariam as variáveis econômicas promovendo política monetária expansionista afim de impulsionar o crescimento econômico e reduzir o desemprego de modo a agradar o maior número de eleitores possível.

No entanto, no período seguinte às eleições, políticas contracionistas seriam adotadas visando reduzir as pressões inflacionárias ocasionadas pelas decisões tomadas anteriormente, o que ocasionaria aumento do desemprego.

Tal comportamento só seria possível devido às expectativas adaptativas dos eleitores, os quais são considerados ignorantes em relação à performance econômica e aos estímulos dos governantes para manipulá-la, baseando-se em informações passadas e incorrendo em erros sistemáticos de previsão.

Ainda com relação aos modelos oportunista, MacRae (1977 *apud* Preussler, 2001) apresenta modelo semelhante ao apresentado por Nordhaus (1975), diferenciando-se deste na abordagem adotada, na qual uma função de perda de votos dos governantes é minimizada ao invés de maximizar a função de votos. A referida abordagem apresenta os mesmos resultados da maximização dos votos, uma vez que apresenta apenas uma nova ótica para o mesmo problema.

Em contraponto aos modelos oportunistas surgem modelos que consideram a influência da ideologia partidária sobre a tomada de decisão econômica, os quais não consideram como única motivação a manutenção do poder, denominados modelos partidários.

Hibbs (1977) conclui que os ciclos são gerados pela alternância do poder entre partidos de visões ideológicas diferentes. O citado autor observou que partidos de direita se concentram em combater elevações inflacionárias, preocupando-se menos do que os partidos considerados de esquerda com os níveis de desemprego, ou seja, apresentam preferências opostas.

Já Frey (1978) mescla as duas motivações, uma vez que argumenta que a política fiscal do governo afeta diretamente sua popularidade e sucesso na eleição. Segundo o autor, o governo assume o índice de popularidade como o melhor indicador do resultado da eleição. Caso sua popularidade seja inferior ao valor considerado necessário para a reeleição, o governo apresentará um comportamento oportunista, adotando políticas econômicas que elevem seu índice de popularidade. À medida em que as eleições se aproximarem, tal comportamento se agravará se os índices de popularidade não atingirem o patamar necessário para garantir a reeleição. No entanto, caso sua popularidade seja suficientemente alta ao ponto que a reeleição pareça provável, o governo se manterá fiel a sua ideologia partidária.

Desta forma, uma vez que os eleitores desconsideraram as políticas adotadas no período anterior, devido as expectativas adaptativas, o governo pode no início de cada período eleitoral seguir seus fins ideológicos. Assim, o ciclo eleitoral dependerá do comportamento apresentado pelo partido enquanto estiver no poder.

2.1.2 Modelos Racionais

Com a publicação da Crítica de Lucas, que propôs que os agentes utilizam todas as informações disponíveis para gerar suas expectativas, diversos autores buscaram conciliar os modelos de ciclos político-econômicos à hipótese de expectativas racionais. Desta forma, o eleitor não é mais ludibriado pelos governantes, uma vez que tenha observado comportamento oportunista, pois sabe que passado as eleições o nível de preço se elevará e haverá recessão. Logo, espera-se que devido a racionalidade o eleitor penalize os candidatos que manipulam a economia oportunisticamente em anos eleitorais.

Para os modelos oportunistas com expectativas reacionais os ciclos político-econômicos ocorrem devido a existência de assimetria de informação entre os políticos e eleitores, uma vez que estes não conseguem observar a real competência dos políticos que estão no comando do governo. Assim, os eleitores observam o desempenho da economia como forma de avaliar a competência do governo, incentivando o comportamento oportunista do governante como forma de sinalizar competência.

A literatura sobre ciclos político-econômicos apresenta abordagens distintas quanto a utilização dos instrumentos econômicos para demonstrar competência do governante, por exemplo, Rogoff e Sibert (1988) e Rogoff (1990) apresentam abordagem alternativa em que argumentam que os ciclos devem ser observados nos instrumentos de política fiscal, segundo eles em períodos de eleição ocorre diminuição de impostos, elevação de despesas e transferência de renda para obras de maior visibilidade.

Com a reestruturação dos modelos partidários, agora adotando a hipótese de expectativas racionais, apenas políticas econômicas que surpreendam os agentes econômicos surtirão efeito sobre a economia.

Alesina (1988) argumenta que os agentes formulam suas decisões com base na probabilidade de vitória de cada partido, assim, estes preparam-se para as decisões que acreditam que o governante vitorioso adotará com base na ideologia do partido, esquerda ou direita. Desta forma, quanto mais inesperado for o resultado das eleições maior será o efeito das políticas adotadas.

2.2 Estudos Empíricos

O número de trabalhos sobre ciclos político-econômicos é consideravelmente grande, Nakaguma e Bender (2006) analisaram o impacto de duas mudanças institucionais recentes, a Emenda da Reeleição (ER) e a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) sobre os ciclos políticos orçamentários e sobre a performance fiscal dos estados brasileiros de 1986 a 2002, no qual observou-se que a reeleição implicou na elevação dos ciclos políticos, estimulando manipulações oportunistas durante o período eleitoral e a Lei de Responsabilidade Fiscal se constituiu em um instrumento efetivo para o controle do endividamento e para a redução das despesas de custeio dos Estados e a amplitude dos ciclos políticos tem diminuído ao longo do tempo.

Blais e Nadeau (1992) buscaram medir o efeito do ciclo eleitoral sobre os resultados orçamentários dos governos de dez províncias canadenses, durante o período 1951-1984 utilizando metodologia de dados empilhados (Pooled). Os resultados orçamentais nas dez províncias canadenses confirmam que existe efetivamente um ciclo eleitoral de pequena amplitude e que uma parte substancial da despesa extra vai para serviços sociais e estradas.

Silva e Faroni (2010) analisaram o comportamento dos gastos públicos dos Municípios Mineiros e a relação de suas flutuações com o calendário eleitoral para o período de 2000 a 2008. Os resultados sugerem que o calendário eleitoral exerce influência estatisticamente significativa sobre o comportamento dos gastos públicos, resultado similar apareceu no trabalho de Klomp e Haan (2013) realizado para 65 países democráticos durante 1975 a 2005.

Shi e Svensson (2006) utilizaram um grande conjunto de dados em painel para examinar a relação entre eleições e política fiscal para 123 países desenvolvidos ou em desenvolvimento entre 1975 a 1995. Os resultados encontrados apontaram que a existência de ciclos político-orçamentário foi comum para cada país. Além disso, observaram que há grandes diferenças entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento no tamanho e composição dos ciclos de políticas eleitorais, no qual propõe um modelo de risco moral para explicar essas diferenças.

Semelhantemente, Brender e Drazen (2005) encontram em seus resultados que países com sistema democrático mais “jovem” as manipulações fiscais são amplamente mais utilizadas do que em democracias mais “experientes”, o qual seria possível devido à falta de experiência dos eleitores de democracias “jovens” com a política eleitoral. O trabalho foi realizado para 106 países entre 1960 e 2001.

Gonçalves e Fenolio (2007), analisaram a influência do calendário eleitoral sobre a condução da política monetária no Brasil, estudando a relação entre o comportamento da taxa básica de juros (Selic) e o ciclo eleitoral, os resultados obtidos mostraram não haver evidências de que a taxa Selic tenha sido manipulada com fins eleitoreiros, reforçando a percepção de que o Bacen tem desfrutado de verdadeira independência de instrumentos nos últimos anos.

No entanto, alguns trabalhos vão além, buscando investigar a probabilidade de reeleição e/ou a sinalização de voto do eleitor. Sakurai (2005) procura evidências de comportamento racional nos eleitores frente aos ciclos orçamentários nos Municípios Paulistas de 1989 a 2001, por meio de dados em painel e de modelos de variável dependente, logit e probit, os resultados mostram que prefeitos que conseguem se reeleger despendem, a princípio, mais recursos em anos eleitorais. Resultados semelhantes foram apresentados por Chortareas *et al.* (2016) para 109 municípios da Grécia entre 1985 a 2004. Os resultados encontrados mostram que políticas orçamentárias motivadas por eleições afetam a perspectivas de reeleição dos prefeitos positivamente, o que poderia explicar a persistente má gestão das finanças públicas locais.

Shikida *et al.* (2010) visando testar a hipótese de racionalidade dos eleitores frente aos ciclos eleitorais nas eleições municipais de 2000 e 2004 em Minas Gerais utilizaram o modelo empregado por Sakurai (2005), os resultados sugerem que há um impulso nos gastos em anos eleitorais, entretanto isso não seria suficiente para garantir a vitória nas urnas, já que o efeito da racionalidade média dos eleitores não é desprezível.

Nakaguma e Bender (2010), propõem uma nova abordagem por meio da decomposição dos ciclos eleitorais afim de identificar as parcelas devidas ao oportunismo e a atividade sinalizadora dos governantes. Os resultados revelaram que o oportunismo foi significativo em todos os casos para os Estados Brasileiros, evidenciando que os eleitores respondem positivamente aos ciclos oportunistas nas variáveis fiscais. Os resultados também evidenciaram que o oportunismo apresentou uma nítida tendência de queda ao longo do tempo.

Com base nos trabalhos citados, observa-se na literatura em questão diferentes abordagens sobre o comportamento dos ciclos político-econômicos, desde de diferenças apresentadas em democracias jovens e democracias estabelecidas, impacto da possibilidade de reeleição, da alternância no poder entre partidos de visões ideológicas diferentes, da transparência das contas públicas e de leis de controle orçamentário, por exemplo, a Lei de Responsabilidade Fiscal.

No entanto, conforme observado, poucos trabalhos apresentados na literatura nacional se preocupam em averiguar se o eleitorado é capaz de observar a sinalização de

“competência” do governante, assim como, observar o efeito do oportunismo sobre o voto, uma vez que a maioria dos trabalhos realizados para o Brasil utilizam modelos probabilísticos, estudando a relação entre elevação das despesas em anos eleitorais com a probabilidade de reeleição do governante.

Desta forma, o presente estudo tenta diminuir uma das lacunas existentes na literatura nacional, utilizando um modelo que possibilita estudar o comportamento do eleitorado em anos eleitorais frente ao oportunismo apresentado por alguns governantes. Além da contribuição empírica, pretende-se ampliar os estudos na área, uma vez que ainda são poucos os trabalhos sobre o tema.

3 METODOLOGIA

O procedimento metodológico utilizado neste estudo, semelhante ao proposto por Nakaguma e Bender (2010), estima as reações do eleitorado às mudanças de política fiscal ou condições econômicas que ele atribui ao comportamento oportunista ou de competência do governante.

Esse procedimento consiste em dois estágios, o primeiro estágio visa decompor os gastos em três componentes, “previsto” que representa parcela sobre a qual ao governante não possui poder de influência, “competência” é a parcela não explicada pelas variáveis do modelo e “oportunismo” refere-se a parcela devido ao fato de estar em ano eleitoral, este último caracterizado, com base nos modelos oportunistas, pela existência de uma expansão dos gastos em períodos eleitorais seguido de uma contração no período seguinte a realização da eleição. O segundo estágio consiste em observar como o eleitorado se comporta a estas manipulações eleitoreiras, tal análise será realizada a partir dos componentes gerados no primeiro estágio.

Para tal, esta seção será dividida em três subseções. A primeira busca fazer uma caracterização do cenário político, para melhor situar o leitor. A segunda e terceira subseções detalham o procedimento citado acima. Por fim, a última subseção descreve os dados utilizados na pesquisa e suas fontes.

3.1 Caracterização do Cenário Político

A emenda constitucional nº 16 de 1997 é um marco na história política do Brasil, pois permite ser reeleitos para um único período subsequente, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal, os Prefeitos e quem os houver sucedido, ou substituído no curso de seus mandatos.

Logo, tal emenda estabelece uma nova dinâmica no processo eleitoral, uma vez que é razoável afirmar que os governantes não se preocupam e se dedicam à candidatura de seus sucessores com o mesmo apreço que teriam com suas candidaturas.

A Tabela 1 demonstra um crescimento significativo na proporção de partidos que se mantiveram no poder nos últimos anos da amostra (59,3% em 1998, 55,6% em 2002, 63% em 2006 e 59,3% em 2010) comparados com os 40,7% de 1994, antes da implementação da emenda constitucional. Dos 59,3% dos partidos que se mantiveram no poder em 1998, 31,25% são de candidatos que buscaram a reeleição. Estes resultados demonstram a importância de considerar a vigência da Emenda de Reelection a partir de 1997 nas regressões.

Tabela 1 – Proporção de votos em 1º turno dos candidatos apoiados pelo governo (situação).

UF	1994			1998			2002			2006			2010			
	GOVERNADOR	%	MP	GOVERNADOR	%	MP	GOVERNADOR	%	MP	GOVERNADOR	%	MP	GOVERNADOR	%	MP	
AC	O. M. CAMELI	PPR	46.80%	1	A. DIAS	PFL	26.30%	0	J. N.V. M. NEVES	PT	63.58%	1	A. M. DE A. JUNIOR	PT	53.05%	1
AL	P. V. DA SILVA	PP	9.97%	0	M. G. DE BARROS	PTB	38.95%	0	R. A. L. SANTOS	PSB	52.93%	1	L. L. DA SILVA	PT	8.27%	0
AM	A. A. MENDES	PPR	62.26%	1	A. A. MENDES	PFL	51.13%	1	C. E. DE S. BRAGA	PPS	52.37%	1	C. E.O DE S. BRAGA	PMDB	50.63%	1
AP	J. P. BORGES	PTB	28.64%	0	J. A. R. CAPIBERIBE	PSB	43.05%	1	F. C. P. PINHO	PSB	22.27%	0	A. W. G. DA SILVA	PDT	53.69%	1
BA	P. G. SOUTO	PFL	49.30%	1	C. A. R. BORGES	PFL	69.91%	1	P. G. SOUTO	PFL	53.70%	1	P. G. SOUTO	PFL	43.03%	0
CE	T. R. JEREISSATI	PSDB	55.32%	1	T. R. JEREISSATI	PSDB	62.72%	1	L. G. DE ALCÂNTARA	PSDB	49.79%	1	L. G. DE ALCÂNTARA	PSDB	33.87%	0
DF	A. V. C. BEZERRA	PTB	39.65%	0	C. R. C. BUARQUE	PT	42.67%	0	J. D. RORIZ	PMDB	42.98%	1	M. DE L. ABADIA	PSDB	23.97%	0
ES	V. BUALZ	PT	46.63%	1	J. I. FERREIRA	PSDB	61.29%	1	P. R. V. CARNELLI	PSDB	1.51%	0	P. C. H. GOMES	PMDB	77.27%	1
GO	L. A. M. VILELA	PMDB	42.54%	1	I. R. MACHADO	PMDB	46.92%	0	M. F. P. JUNIOR	PSDB	51.21%	1	A. R. FILHO	PP	48.23%	1
MA	R. S. MURAD	PFL	47.18%	1	R. S. MURAD	PFL	66.01%	1	J. R. C. TAVARES	PFL	51.06%	1	R. S. MURAD	PFL	47.21%	0
MG	E. B. DE AZEREDO	PSDB	27.20%	1	E. B. DE AZEREDO	PSDB	38.32%	0	N. CARDOSO	PMDB	6.68%	0	A. N. DA CUNHA	PSDB	77.03%	1
MS	L. DIAS	PPR	33.31%	0	R. A. BACHA	PSDB	38.50%	0	J. O. M. DOS SANTOS	PT	48.33%	1	D. DO A. GOMEZ	PT	38.04%	0
MT	O. R. SOBRINHO	PTB	25.27%	0	D. M. DE OLIVEIRA	PSDB	53.95%	1	A. P. DE B. NETO	PSDB	29.47%	0	B. B. MAGGI	PPS	65.39%	1
PA	J. G. PASSARINHO	PPR	38.21%	0	A. J. DE O. GABRIEL	PSDB	44.55%	1	S. R. O. JATENE	PSDB	34.49%	1	A. J. DE O. GABRIEL	PSDB	43.83%	0
PB	A. M. DA S. MARIZ	PMDB	46.59%	1	J. T. MARANHÃO	PMDB	80.72%	1	A. R. DE S. PAULINO	PMDB	39.98%	0	C. R. DA C. LIMA	PSDB	49.67%	1
PE	G. K. G. SOBRINHO	PFL	32.57%	0	M. A. DE ALENCAR	PSB	26.37%	0	J. DE VASCONCELOS	PMDB	60.42%	1	J. M. B. FILHO	PFL	39.32%	0
PI	A. F. LIRA	PFL	44.86%	0	F. DE A. DE M. SOUSA	PMDB	40.58%	1	J. DE B. NUNES	PMDB	3.10%	0	J. W. B. DE A. DIAS	PT	61.68%	1
PR	A. F. DIAS	PMDB	38.55%	0	J. LERNER	PFL	52.21%	1	C. A. RICHÁ	PSDB	17.30%	0	R. R. DE M. E SILVA	PMDB	42.81%	1
RJ	A. W. G. M. DE OLIVEIRA	PDT	30.38%	0	L. P. C. DA ROCHA	PSDB	15.50%	0	R. B. A. M. DE OLIVEIRA	PSB	51.30%	1	S. DE O. C. S. FILHO	PMDB	41.42%	1
RN	L. M. SOBRINHO	PDT	38.70%	0	G. A. FILHO	PMDB	50.17%	1	F. A. DA C. FREIRE	PPB	30.88%	0	W. M. DE FARIA	PSB	49.57%	1
RO	F. J. C. C. ERSE	PDT	38.89%	0	V. R. DE MATOS	PMDB	34.31%	0	J. DE A. BIANCO	PFL	20.23%	0	I. N. CASSOL	PPS	54.14%	1
RR	N. R. CAMPOS	PTB	44.63%	1	N. R. CAMPOS	PPB	47.49%	1	F. F. PORTELA	PSL	48.66%	1	O. DE S. PINTO	PSDB	62.40%	1
RS	S. CHAISE	PDT	5.63%	0	A. B. FILHO	PMDB	46.40%	0	T. F. H. GENRO	PT	37.25%	0	G. A. RIGOTTO	PMDB	27.12%	0
SC	J. K. BORNHAUSEN	PFL	11.03%	0	P. A. E. VIEIRA	PMDB	23.12%	0	E. A. H. FILHO	PPB	39.86%	0	L. H. DA SILVEIRA	PMDB	48.90%	1
SE	A. DO P. P. FRANCO	PSDB	47.39%	1	A. DO P. P. FRANCO	PSDB	40.17%	1	F. G. ROLLEMBERG	PTN	25.73%	0	J. A. FILHO	PFL	45.02%	0
SP	J. A. B. MUNHOZ	PMDB	11.29%	0	M. C. JUNIOR	PSDB	22.95%	1	G. J. R. A. FILHO	PSDB	38.28%	1	J. SERRA	PSDB	57.93%	1
TO	J. L. DA CRUZ	PMDB	36.57%	0	J. W. S. CAMPOS	PFL	61.65%	1	M. DE C. MIRANDA	PFL	60.60%	1	M. DE C. MIRANDA	PMDB	51.49%	1
			40.7%			59.3%			55.6%			63.0%			59.3%	

Obs.: MP (Manutenção do Poder) mostra se o candidato apoiado pelo governo venceu a eleição.

Fonte: Dados obtidos no site do TSE. Elaboração Própria.

3.2 Verificação dos Ciclos Políticos-Eleitorais

A metodologia utilizada neste trabalho fundamenta-se na hipótese de que a elevação dos gastos públicos em anos eleitorais é interpretada pelos eleitores como uma tentativa de manipulação eleitoreira tendo em vista a reeleição do governante ou a permanência do partido no poder, visão esta, em conformidade com os modelos oportunista apresentado na literatura de controle eleitoral.

Esta etapa consiste na decomposição do desempenho fiscal dos estados brasileiros em três componentes, utilizando o seguinte modelo:

$$y_{it} = \sum_{j=1}^L \rho_j \cdot y_{i,t-j} + político'_{it} \cdot \delta + z'_{it} \cdot \pi + \eta_i + v_{it} \quad (1)$$

Onde y_{it} representa o logaritmo da despesa orçamentaria dos estados, $político_{it}$ representa um conjunto de variáveis políticas e eleitorais, z_{it} representa um conjunto de variáveis de controle, η_i é um efeito-fixo não observado e v_{it} é um termo de erro aleatório *iid*.

Isto posto, a dinâmica da despesa pode ser separada em três principais componentes:

- (1) Uma parcela prevista, $\tilde{y}_{it} = z'_{it} \cdot \hat{\pi} + \hat{a}_{it}$, função de variáveis sobre as quais os governantes não possuem qualquer poder de influência.
- (2) Uma parcela devida exclusivamente ao fato de estar-se em um ano eleitoral, $\hat{\delta}_1 \cdot eleit_{it} + \hat{\delta}_2 \cdot ER_{it} + \hat{\delta}_3 \cdot exp_{it} + \hat{\delta}_4 \cdot exp^2_{it}$; e
- (3) Uma parcela residual, \hat{v}_{it} , não explicada pelas variáveis do modelo, eficiência.

Observa-se que devido a presença da variável explicativa defasada no modelo e efeitos não observáveis dos indivíduos, η_i , tem-se em geral como resultado um problema de endogeneidade, o que provoca um viés no painel dinâmico.

Desta forma, a estimação do modelo (1) por Mínimos Quadrados Ordinários (MQO) gera estimadores inconsistentes e viesados dos parâmetros, além de superestimar o coeficiente de $y_{i,t-j}$. Assim, um procedimento para tentar superar tal problema seria eliminar a presença dos efeitos fixos no modelo através do método *WITHIN GROUPS*, no entanto tal procedimento gera estimativas viesadas para baixo em painéis com a dimensão temporal pequena. Nesse sentido, uma estimativa crível do parâmetro de $y_{i,t-j}$ deve estar contida entre os limites dos estimadores obtidos por MQO e *WITHIN GROUPS*, segundo Roodman (2006).

Para corrigir esses problemas, Arellano-Bond (1991) propõe o estimador do método dos momentos generalizados-diferenciado (GMM-diferença), tal método consiste na eliminação dos efeitos fixos através da primeira diferença.

No entanto, Arellano e Bover (1995) e Blundell e Bond (1998) argumentam que esses instrumentos são fracos quando as variáveis dependente e explicativas apresentam forte persistência e/ou a variância relativa dos efeitos fixos aumenta, o que produz um estimador não consistente e enviesado para painéis com T pequeno. Logo, surge o método dos momentos generalizado-sistema (GMM-sistema) como forma de reduzir esse problema de viés e imprecisão, realizando a estimação de um sistema que combina o conjunto de equações em diferenças, com o conjunto de equações em nível.

A consistência do estimador GMM-sistema depende da suposição de ausência de correlação serial do termo de erro e da validade dos instrumentos adicionais. Desta forma, as hipóteses nulas de ausência de correlação de primeira e segunda ordem dos resíduos devem ser testadas.

Para que os estimadores dos parâmetros sejam consistentes, a hipótese de ausência de autocorrelação de primeira ordem deve ser rejeitada, tal resultado é desejável pois indica a existência de efeitos dinâmicos, o que “valida” a utilização do estimador GMM, no entanto a de segunda ordem não deve ser rejeitada. Subsequentemente, realiza-se o teste de *Sargan* para verificar a validade dos instrumentos adicionais exigidos pelo método GMM-sistema e o teste de *Hansen* para verificar a validade dos instrumentos utilizados.

3.3 Conduta do Eleitorado

A segunda etapa deste trabalho analisa o comportamento do eleitorado face à política fiscal implementada pelos governos durante os anos eleitorais, baseando-se no pensamento da literatura sobre controle eleitoral, ou seja, as manipulações econômicas em anos eleitorais são consideradas um comportamento oportunista e não uma sinalização de competência.

A hipótese adotada neste trabalho é a mesma apresentada no trabalho de Nakaguma e Bender (2010), na qual todos os governantes, para uma dada eleição, apresentam um mesmo nível intrínseco de oportunismo, independentemente de serem ou não competentes. Tal hipótese se faz necessária, uma vez que oportunismo e competência são características não-observáveis. Ainda segundo o autor, é razoável assumir que o estímulo para o comportamento oportunista difira apenas em função do contexto político-institucional vigente em um determinado estado

e/ou período de tempo, cujos aspectos e características básicas podem ser controladas através das variáveis políticas e tendências consideradas nas regressões deste trabalho. Logo, com base na hipótese utilizada o modelo apresentado abaixo será estimado por efeito fixo.

Com base na decomposição realizada na seção anterior pode-se estimar o impacto de cada um dos componentes sobre a chance de reeleição dos governantes. Esse comportamento é estimado na “regressão de voto” a seguir:

$$voto_{it} = \gamma_1 \cdot previsto_{it} + \gamma_2 \cdot oportunisto_{it} + \gamma_3 \cdot competencia_{it} + \omega'_{it} \cdot \pi + \eta_i + \varepsilon_{it} \quad (2)$$

onde a variável dependente $voto_{it}$ representa o percentual de votos obtidos em primeiro turno pelo candidato apoiado pelo governo, $previsto_{it}$ é a variação percentual do resultado fiscal previsto no ano eleitoral⁴, $oportunisto_{it}$ é a fração esperada dos ciclos eleitorais, ou seja, parcela devida exclusivamente ao fato de estar em ano eleitoral, $competencia_{it}$ é o componente não-esperado dos ciclos, ω_{it} representa um conjunto de variáveis de controle, η_{it} é um efeito-fixo estadual e ε_{it} é um termo aleatório *iid*.

Esta metodologia possibilita investigar o padrão de comportamento do número de votos em relação aos componentes, viabilizando a verificação da racionalidade do eleitorado. A hipótese de racionalidade dos agentes implica que $\gamma_1 = 0$, ou seja, variações fiscais resultantes de fatores que não dependem do desempenho dos governantes não devem influenciar as chances de permanência do governante no poder. Por sua vez, em conformidade com a literatura sobre controle eleitoral deve-se esperar que $\gamma_2 \leq 0$, ou seja, os eleitores devem punir políticos que desviem da política fiscal ótima indicando um comportamento oportunista. Por fim, espera-se que $\gamma_3 > 0$, tal resultado é o mais plausível uma vez que eleitores racionais devem procurar eleger os políticos mais competentes.

3.4 Determinantes do Comportamento fiscal dos Estados

Esta seção discrimina as variáveis utilizadas nos modelos (1) e (2) apresentados nas seções, 3.2 e 3.3 respectivamente. Conforme citado anteriormente o trabalho está estruturado em duas etapas, onde o intuito da primeira é o de viabilizar a decomposição dos componentes dos ciclos devidas ao oportunismo e à competência dos governantes durante 1993 a 2010 para os estados brasileiros.

⁴ Onde $\Delta\% \tilde{y}_{it} = (\tilde{y}_{it} - \tilde{y}_{it-1}) / \tilde{y}_{it-1}$ é a variação percentual do resultado fiscal no ano eleitoral.

A variável dependente utilizada no primeiro modelo é o logaritmo da despesa orçamentaria dos estados. Para caracterizar o ciclo eleitoral, utilizam-se três *dummies*: uma para o ano pré-eleitoral (PREELE), uma para o ano eleitoral (ELE) e outra para o ano pós-eleitoral (POSELE).

A variável ER procura captar os efeitos da Emenda da Reeleição (Emenda Constitucional 16/1997) sobre os ciclos eleitorais, assumindo valor igual a 1 caso o governante tenha se candidatado à reeleição.

Visando capturar uma possível tendência na amplitude dos ciclos eleitorais ao longo do tempo criou-se a variável EXP, assumindo valor igual a 1 para 1994, 2 para 1998, 3 para 2002, 4 para 2006, 5 para 2010 e zero para os demais anos. A inclusão desta variável reside no fato de que a experiência adquirida nas eleições anteriores eleva o nível de monitoramento, reduzindo a intensidade dos ciclos, conforme argumento apresentado por Brender e Drazen (2005). Adicionou-se também ao modelo o quadrado da variável EXP, levando em consideração a presença de não-linearidade no modelo, denotado por EXP².

Por fim, acrescentou-se ao modelo as seguintes variáveis de controle: taxa de crescimento do PIB nacional (PIBnac), logaritmo da inflação, uma *dummy* para capturar a influência da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) - Lei Complementar 101/00 - sobre as finanças dos estados e o fundo de participação dos Estados (FPE), sendo esta última inserida para corrigir uma possível correlação entre os estados.

Na segunda etapa, um segundo modelo é utilizado para analisar o comportamento do eleitorado em anos eleitorais frente à política fiscal implementada pelos governos. Para viabilizar tal análise, a variável dependente utilizada é a proporção de votos em primeiro turno obtidos pelos candidatos apoiados pelos governantes.

As variáveis de controle utilizadas neste modelo foram o crescimento do PIB estadual (PIBest), como indicador do desempenho econômico nos anos eleitorais, e uma variável indicando se o candidato pertence ou não ao partido do Presidente da República (PARTPRES), com o intuito de capturar o alinhamento político vigente nos estados.

Todos os dados fiscais foram obtidos no site da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda (<http://www.tesouro.fazenda.gov.br>) e do IPEA (<http://www.ipeadata.gov.br/>). As informações relativas aos resultados eleitorais foram obtidas no site do TSE (<http://www.tse.jus.br/>).

4 RESULTADOS

Vale ressaltar que o foco do trabalho não reside em analisar os ciclos políticos, o qual servirá apenas como mecanismo para construção do segundo modelo, e sim como o eleitorado se comporta meio a manipulações eleitorais.

4.1 Resultados para os Ciclos Político-Eleitorais

Esta subseção apresenta os resultados obtidos da estimação do modelo econométrico (1), onde são obtidos os resultados para os determinantes da variação fiscal dos estados brasileiros.

Os testes necessários para a validade do modelo foram satisfatórios, uma vez que o valor padrão adotado para os testes de Hansen, Sargan e de ausência de autocorrelação nos resíduos de primeira e segunda ordem é de 5%, ou seja, para valor-p > 0,05 não se rejeitam as hipóteses nulas dos testes.

Assim, os resultados apresentados na Tabela 2 revelam a presença de ciclos políticos nas variáveis da despesa orçamentária, apresentando forte impacto do ano eleitoral sobre os gastos, gerando contração das despesas no período seguinte ao eleitoral, tal comportamento indica que os gastos públicos são influenciados por razões eleitoreiras. A despesa orçamentária apresentou no ano eleitoral uma elevação de 47,5%, muito acima dos 1,6% apresentados no período anterior, seguido por um comportamento de retração das despesas no ano pós-eleitoral, situando-se cerca de 2,68% abaixo do patamar do ano base. No entanto, os anos pré-eleitoral e pós-eleitoral não apresentaram significância estatística, o que, no entanto, não compromete a análise uma vez que o foco é o comportamento apresentado no ano eleitoral.

Quanto aos efeitos da emenda de reeleição (ER97), ocorreu o que já era esperado, a possibilidade de reeleição estimulou as manipulações eleitorais elevando a despesa orçamentária em 6,31%. Outra variável que apresentou comportamento esperado foi a LRF, que contribuiu para a diminuição da despesa orçamentária em cerca de 17,58%. Deve-se ressaltar que a LRF cumpriu seu papel de disciplinar os gastos dos governos estaduais no Brasil. Ambos os resultados se encontram em concordância com a literatura.

O fundo de participação dos estados se mostrou significativo, no entanto, apresentou um impacto muito pequeno sobre a despesa orçamentária do estado. Sabe-se que o fluxo de despesas está intimamente relacionado com as receitas obtidas, ou seja, quanto maiores forem

as receitas maiores poderão ser as despesas, assim, uma vez que o fundo de participação representa apenas uma pequena parte do montante referente a receita, o resultado apresentado é perfeitamente plausível. Outra variável que demonstrou forte significância, mas apresentou impacto muito pequeno sobre a despesa orçamentária foi o PIB nacional.

Tabela 2 – Resultados para o ciclo político-econômico de 1993 – 2010.

	MQO		WHITH GROUPS		System-GMM	
	Coefic.	Valor-p	Coefic.	Valor-p	Coefic.	Valor-p
ln_desp_totall1	0.8753145 (0.02)	0.000	0.4143574 (0.07)	0.000	0.6991173 (0.07)	0.000
PREELE	0.013422 (0.02)	0.472	0.0204128 (0.02)	0.213	0.016101 (0.02)	0.410
ELE	0.597008 (0.13)	0.000	0.2708654 (0.14)	0.061	0.475521 (0.12)	0.000
POSELE	-0.034835 (0.02)	0.098	-0.012089 (0.01)	0.408	-0.0268021 (0.02)	0.139
ER97	0.058255 (0.03)	0.030	0.063236 (0.02)	0.009	0.063125 (0.03)	0.027
LRF	-0.164769 (0.04)	0.000	-0.208751 (0.08)	0.011	-0.1758772 (0.05)	0.003
FPE	0.0000273 (0.00)	0.035	0.0001172 (0.00)	0.351	0.0001042 (0.00)	0.081
PIBnac	0.000019 (0.00)	0.000	0.0000364 (0.00)	0.000	0.0000243 (0.00)	0.000
ln_INFLA	0.090398 (0.01)	0.000	-0.010781 (0.02)	0.605	0.0606428 (0.02)	0.008
EXP	-0.302353 (0.09)	0.000	-0.133445 (0.09)	0.157	-0.2422064 (0.08)	0.004
EXP²	0.035409 (0.01)	0.004	0.0155246 (0.01)	0.283	0.0285835 (0.01)	0.021
Const.	1.087535 (0.14)	0.000	4.038002 (0.42)	0.000	2.210074 (0.45)	0.000
	F(11, 447) = 409.62 Prob>F = 0.000		F(11, 26) = 309.47 Prob>F = 0.000		F(11, 26) = 377.41 Prob>F = 0.000	
	Nº de obs.: 459		Nº de obs.: 459 Nº de grupos: 27		Nº de obs.: 459 Nº de grupos: 27 Nº de instrum.: 26	
H ₀ : Ausência de Autocorrelação nos resíduos de primeira ordem				Valor-p	0.002	
H ₀ : Ausência de Autocorrelação nos resíduos de segunda ordem				Valor-p	0.490	
Teste de Hansen				Prob > chi2	0.112	
Teste de Sargan				Prob > chi2	0.115	

Obs.: (i) Os valores em parênteses são os erros padrões. (ii) Os valores para o teste de Hansen são os valores-p para a hipótese nula de que os instrumentos são válidos. (iii) Os valores para o teste de Sargan são os valores-p para validade dos instrumentos adicionais requeridos pelo método sistema.

Fonte: Elaboração própria.

No que diz respeito a inflação, a qual apresentou forte significância, seu impacto foi razoavelmente elevado, cerca de 0,6%, conforme esperado, uma vez que uma elevação nos níveis de preços ocasionados pelo crescimento da inflação afeta o nível de despesas do estado.

Os resultados relativos a experiência adquirida pelo eleitorado ao longo dos anos, EXP e EXP², apresentam significância e demonstram uma tendência de decréscimo na amplitude dos ciclos no decorrer dos anos em conformidade com os resultados apresentados por Nakaguma e Bender (2010) e Brender e Drazen (2005). A suposição levantada de não-linearidade é confirmada pelo fato da amplitude dos ciclos diminuírem a taxas decrescentes, ou seja, $\hat{\beta}_{exp} < 0$ e $\hat{\beta}_{exp2} > 0$.

4.2 Resultados para a Conduta do Eleitorado

Dado posto, os resultados obtidos para a regressão com a variável dependente $voto_{it}$ estimadas por meio da metodologia de painel com a presença de efeitos-fixos, modelo (2), serão apresentadas a seguir, na tabela 3.

TABELA 3 – Resultados da estimação por efeito fixo.

Voto	Coef.	D.P	t	P> t
Previsto	0.3505261	0.1566823	2.24	0.034
Oportunismo	-0.0017554	0.016384	-0.11	0.915
Competência	0.1421667	0.0903908	1.57	0.128
PARTPRES	-0.0588901	0.0325911	-1.81	0.082
PIBest	0.0000103	0.000018	0.57	0.572
Cons.	0.3181015	0.2061597	1.54	0.135

Fonte: Elaboração própria.

Observa-se que por mais que a variável oportunismo apresente impacto negativo sobre o voto, tal variável, assim como a competência, não influencia a decisão do eleitor, uma vez que tais variáveis não apresentaram resultados significantes para a amostra utilizada.

Com relação a parcela prevista dos ciclos, os resultados obtidos vão de encontro a hipótese de racionalidade dos agentes, ou seja, os eleitores levam em consideração variáveis sobre as quais os governantes não possuem qualquer poder de influência. Desta forma, o contexto econômico, ou seja, variação percentual do resultado fiscal previsto no ano eleitoral apresentou considerável influência positiva sobre o voto.

No que diz respeito as variáveis de controle, apenas a variável (PARTPRES) que determina se o candidato pertence ou não ao partido do presidente apresentou significância, diferente do resultado apresentado por Nakaguma e Bender (2010), a princípio pode-se acreditar que pertencer ao partido do presidente possa ser vantajoso. No entanto, a literatura ressalta a existência de um desgaste natural da imagem do presidente no decorrer de seu mandato, podendo prejudicar o desempenho dos candidatos do mesmo partido nas eleições.

Portanto, o resultado negativo apresentado é completamente plausível devido ao “corte de tempo” da amostra utilizada, caracterizada por turbulências políticas ligadas a figura do presidente.

Os resultados apresentados nesta seção diferem daqueles revelados por Sakurai (2005), uma vez que os eleitores da amostra utilizada neste trabalho não observam a “competência” nem o oportunismo apresentado pelos governantes, não punindo as manipulações econômicas com fins eleitorais assim, como não premiando políticos “competentes”.

No que diz respeito aos gastos previstos pelos eleitores, o resultado foi semelhante ao apresentado por Shikita *et al.* (2010), uma vez que tais gastos influenciam a chance de uma nova vitória do Governador.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo analisar o comportamento do eleitorado frente a presença de comportamento oportunista praticado no período eleitoral, nos anos de 1993 a 2010, período este que compreende cinco eleições. A principal análise teve como base um modelo proposto por Nakaguma e Bender (2010), onde é possível decompor os determinantes referentes ao oportunismo e competência afim de observar seus impactos sobre o voto, diferenciando-se da maioria dos trabalhos, os quais apresentam modelos probabilísticos.

Da análise sobre os ciclos político-orçamentários verificou-se a presença de manipulações econômicas para fins eleitoreiros, devido a uma forte acentuação nos gastos orçamentários no ano eleitoral.

O resultado referente a implementação da Lei de Responsabilidade Fiscal demonstra que seu objetivo foi alcançado, que é de impor restrições ao crescimento das despesas, limitando gastos com pessoal e endividamento. No que diz respeito à Emenda de Reeleição de 1997, os candidatos que buscaram se reeleger apresentaram gastos superiores, o que já era esperado.

Um desfecho relevante que deve ser destacado é o comportamento sinalizado pelas variáveis que captam a experiência adquirida pelo eleitor no decorrer dos anos eleitorais, EXP e EXP², a qual revelou uma tendência de decrescimento na amplitude dos ciclos no decorrer dos anos.

No que diz respeito ao segundo modelo, no qual concentra-se o principal objetivo do trabalho, os resultados encontrados sugerem a relevância de fatores econômicos que não estão sobre a competência do governante e que são cruciais na composição do voto. Com base nos resultados o eleitorado não apresentou racionalidade, não revelando o resultado esperado, uma vez que não penaliza o oportunismo e nem premia a competência, dado que estas variáveis não apresentaram significância.

Desta forma, como há poucas evidências nacionais sobre como o eleitor reage ao oportunismo e competência apresentada pelos governantes, ainda é necessário que outros estudos analisem de formas alternativas o comportamento do eleitorado frente ao cenário político-econômico brasileiro, afim de que possam ser criadas políticas públicas levando-se em conta as peculiaridades do cenário político nacional.

REFERÊNCIAS

- AKERMAN, J. Political economic cycles. **Kyklos**, 1(2), 107-117, 1947
- ALESINA, A. Credibility and policy convergence in a two-party system with rational voters. **The American Economic Review**, v. 78, n. 4, p. 796-805, 1988.
- ARELLANO, Manuel; BOND, Stephen. Some tests of specification for panel data: Monte Carlo evidence and an application to employment equations. **The review of economic studies**, v. 58, n. 2, p. 277-297, 1991.
- ARELLANO, Manuel; BOVER, Olympia. Another look at the instrumental variable estimation of error-components models. **Journal of econometrics**, v. 68, n. 1, p. 29-51, 1995.
- BLAIS, André; NADEAU, Richard. The electoral budget cycle. **public choice**, v. 74, n. 4, p. 389-403, 1992.
- BLUNDELL, Richard; BOND, Stephen. Initial conditions and moment restrictions in dynamic panel data models. **Journal of econometrics**, v. 87, n. 1, p. 115-143, 1998.
- BRASIL. Emenda Constitucional Nº 16, de 04 de junho de 1997. Dá nova redação ao § 5º do art. 14, ao caput do art. 28, ao inciso II do art. 29, ao caput do art. 77 e ao art. 82 da Constituição Federal. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 05 de junho de 1997. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc16.htm >. Acesso em: 5 fev. 2017
- BRASIL. Lei Complementar Nº 101, de 04 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 05 de maio de 2000. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm >. Acesso em: 5 fev. 2017.
- BRENDER, Adi; DRAZEN, Allan. Political budget cycles in new versus established democracies. **Journal of monetary Economics**, v. 52, n. 7, p. 1271-1295, 2005.
- CHORTAREAS, Georgios; LOGOTHETIS, Vasileios; PAPANDREOU, Andreas A. Political budget cycles and reelection prospects in Greece's municipalities. **European Journal of Political Economy**, v. 43, p. 1-13, 2016.
- DE ARAUJO JUNIOR, A. F., Júnior, W. A., Shikida, C. D., & Salvato, M. A. Ciclos eleitorais racionais: evidência para os municípios mineiros. **Informe Gepec**, v. 14, n. 1, 2010.
- DOWNS, A. An Economic Theory of Political Action in a Democracy. **Journal of Political Economic**, v. 65, n. 2, p.135-50, abril de 1957.
- FREY, Bruno S. Politico-economic models and cycles. **Journal of Public Economics**, v. 9, n. 2, p. 203-220, 1978.

- GONÇALVES, Carlos Eduardo Soares; FENOLIO, Fernando Roberto. Ciclos eleitorais e política monetária: evidências para o Brasil. **Pesquisa e Planejamento Econômico - PPE**, v. 37, n. 3, dezembro de 2007.
- HIBBS, Douglas A. Political parties and macroeconomic policy. **American political science review**, v. 71, n. 04, p. 1467-1487, 1977.
- KALECKI, M. **Teoria da dinâmica econômica**. São Paulo: Nova Cultural, 1977.
- KLOMP, Jeroen; DE HAAN, Jakob. Political budget cycles and election outcomes. **Public Choice**, v. 157, n. 1-2, p. 245-267, 2013.
- NAKAGUMA, Marcos Yamada; BENDER, Siegfried. A emenda da reeleição e a Lei de Responsabilidade Fiscal: impactos sobre ciclos políticos e performance fiscal dos Estados (1986-2002). **Economia aplicada**, v. 10, n. 3, p. 377-397, 2006.
- NAKAGUMA, Marcos Yamada; BENDER, Siegfried. Ciclos políticos e resultados eleitorais: um estudo sobre o comportamento do eleitor brasileiro. **Revista Brasileira de Economia**, v. 64, n. 1, p. 3-24, 2010.
- NORDHAUS, W. The Political Business Cycle. **Review of Economic Studies**, v. 42, p.169-90, 1975.
- PREUSSLER, Athos Prates da Silveira. **Um estudo empírico dos ciclos político-econômicos no Brasil**. 2001. Dissertação (Mestrado em Economia) – Centro de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.
- ROGOFF, K. Equilibrium political budget cycles. **American Economic Review**, 80:21–26, 1990.
- ROGOFF, K; SIBERT, A. Elections and Macroeconomic Policy Cycles. **Review of Economic Studies**, v.55, p.1-16, 1988.
- ROODMAN, David. How to do xtabond2: An introduction to difference and system GMM in Stata. **Center for Global Development**. Working Paper n. 103, 2006.
- ROSENSTONE, S. J. H., ROSENSTONE, J. M. J., & HANSEN, J. M. *Mobilization, participation, and democracy in America*. **Macmillan Publishing Company**, 1993.
- SAKURAI, Sergio Naruhiko. Testando a hipótese de ciclos eleitorais racionais nas eleições dos municípios paulistas. **Estudos Econômicos (São Paulo)**, v. 35, n. 2, p. 297-315, 2005.
- SHI, Min; SVENSSON, Jakob. Political budget cycles: Do they differ across countries and why?. **Journal of public economics**, v. 90, n. 8, p. 1367-1389, 2006.
- SILVA, Sibele Leandra Penna; FARONI, Walmer. Ciclos Político Orçamentários: um estudo para os municípios do Estado de Minas Gerais–2000/2008. **SINERGIA-Revista do Instituto de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis**, v. 14, n. 1, p. 9-20, 2011.